

# Congresso discute eleição em vez de lei

RAYMUNDO COSTA

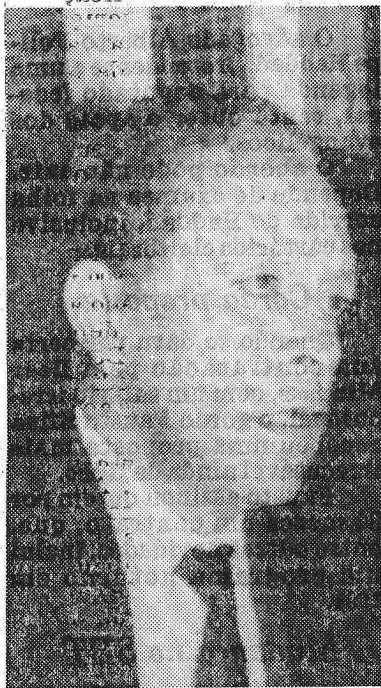
BRASÍLIA — Contrariando as expectativas mais otimistas, 131 deputados e 16 senadores compareceram à sessão de ontem do Congresso, convocada para atender a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), segundo a qual não há recesso parlamentar enquanto não for votado o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). “Quanto mais cedo se cumpre uma sentença judicial, mais se prestigia o poder Judiciário”, justificou o senador Nelson Carneiro, presidente do Congresso. Mas, ao final de três horas e meia de sessão, a LDO não foi votada — seriam necessários 240 deputados e 38 senadores — e o que se viu foi

um prévia da disputa eleitoral, nos Estados. A próxima sessão do Congresso foi convocada para terça-feira.

Dos 147 congressistas presentes ontem, 11 são candidatos aos governos de seus Estados. Talvez ninguém melhor do que o deputado Álvaro Vale (PL-RJ) tenha explicado essa alta taxa de concentração de candidatos em Brasília, em plena campanha eleitoral, em uma sessão que desde a convocação todos sabiam que não reuniria número suficiente para deliberar alguma coisa: “Ninguém sabe o que é LDO, mas todos sabem o que é seqüestro e lei salarial”, discursou o deputado, referindo-se ao fato que realmente determinou a viagem dos parlamentares a Brasília: o projeto de Lei Salarial em tramitação no Senado.

Nelson Carneiro foi duramente criticado pela bancada brizolista do PDT. Vários deputados o acusaram de haver decretado o recesso legislativo, antes da votação da LDO, com o único objetivo de impedir a votação da lei salarial pelo Senado.

“Estão aproveitando a decisão do STF para fazer campanha contra o candidato do PMDB ao governo do Rio”, reagiu Nelson Carneiro. Um dos raros afagos recebidos por Carneiro, durante a sessão, partiu de onde ele menos poderia supor: Gumerindo Milhomem (SP), líder da bancada do PT e um dos autores do mandado de segurança impetrado junto ao STF preferiu ressaltar um fato positivo: a imediata convocação do Congresso, em atendimento à sentença judicial. “Não há vergonha quando se perde num tribunal”, resignou-se Carneiro.



AE

Álvaro Valle: explicação